

PODER

Aumento do ICMS une governadores

Saída via STF evitaria ônus político. Novo pacto federativo será o mote da carta a Lula

» VINICIUS DORIA
» HENRIQUE LESSA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus principais ministros se reúnem, hoje, no Palácio do Planalto, com o Fórum de Governadores para retomar o diálogo institucional entre o Executivo federal e os gestores estaduais, praticamente interditado nos quatro anos da administração de Jair Bolsonaro (PL).

Lula havia pedido aos governadores uma lista de três obras prioritárias de cada unidade da Federação e mais três dos respectivos consórcios regionais. Mas os gestores decidiram que, além das demandas por investimentos, vão levar ao Planalto um pedido de ajuda para solucionar o problema da perda de arrecadação de estados e municípios com a desoneração de impostos sobre gasolina, energia elétrica e telecomunicações, decorrente de medidas aprovadas no governo anterior para angariar votos à reeleição de Bolsonaro.

A urgência por uma saída para a crise fiscal foi unanimidade entre os 27 governadores que participaram, ontem, da reunião preparatória para o encontro desta manhã com Lula. O debate sobre o tema tomou mais de dois terços do tempo da reunião e revelou uma preocupação política. Se, por um lado, os governadores trabalham para que as alíquotas dos tributos voltem aos patamares originais, por outro, ninguém quer assumir, diante do eleito, que os preços de combustíveis, luz e serviços de telefonia vão aumentar. Por isso, decidiram que a carta a ser entregue a Lula terá como mote principal a retomada das discussões sobre um novo pacto federativo, que inclua o debate da reforma tributária como prioridade.

“Estamos sangrando, é uma hemorrhagia todos os meses”, disse o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), aos colegas, segundo fontes que participaram do encontro preparatório. “Existe um ponto de preocupação comum, que é o restabelecimento dos caixas dos estados. Só em São Paulo, a perda chega a R\$ 11 bilhões por ano”, disse o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (REP). Helder Barbalho (MDB), do Pará, apontou perda de mais de R\$ 1 bilhão neste ano e, nos estados da Amazônia Legal, R\$ 5,5 bilhões.

Renato Alves/ Agência Brasília



Urgência por uma saída para a crise fiscal foi unanimidade entre os 27 governadores



Temos que fazer um esforço grande junto ao Supremo, o desgaste é menor, nenhum político quer passar essa conta para a população

Carlos Brandão (PSB), governador do Maranhão

A Lei Complementar 194 definiu teto de 18% para produtos essenciais e excluiu tarifas de uso dos sistemas de transmissão e de distribuição de energia elétrica da composição do ICMS, uma “erosão de, aproximadamente, 50% da base de cálculo do imposto”, de acordo com relatório do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda, Finanças, Economia ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Consefaz). Já a Lei 192 desonerou os combustíveis fósseis de impostos federais e alterou a base de cálculo do ICMS. “Se fez populismo fiscal com chapéu alheio”, queixou-se Barbalho

sobre a política de desonerações do governo anterior.

Das duas alternativas discutidas pelos governadores para superar o problema, houve uma quase unanimidade — a exceção foi o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL) — de buscar o apoio do Executivo federal para que a desoneração seja decidida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que já recebeu ações que questionam a constitucionalidade das duas leis complementares. Como decisão do Supremo não se discute — se cumpre —, os governadores não arcaiam com o ônus político de determinar aumento de impostos caso as leis sejam declaradas inconstitucionais. “Temos que fazer um esforço grande junto ao Supremo, o desgaste é menor, nenhum político quer passar essa conta para a população”, argumentou o governador do Maranhão, Carlos Brandão (PSB).

Adequação

Um momento de descontração, revelado ao **Correio**, foi quando o governador do Piauí, Rafael Fonteles, disse “seja via Supremo, seja por onde for”, quando foi interrompido por um colega: “Só via Supremo, pelo amor de Deus”. Mas essa alternativa também foi questionada. “Eles (os ministros da Corte) estão preparados para uma decisão sobre esse tema

e toda a sensibilidade que ele gera?”, indagou o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (UB).

A outra saída seria a derrubada das desonerações pelo Congresso, um processo demorado e com custos políticos bem mais elevados, porque deputados e senadores reagiriam mal à missão de aumentar impostos que impactam a população.

Única voz discordante, Cláudio Castro argumentou que não é mais possível recompor os impostos ao nível anterior e que é preciso se adequar à nova realidade fiscal. “Todos aqui se elegeram com o discurso da redução de impostos, não há ambiente político para voltar à situação que era antes”, justificou.

A reunião preparatória do Fórum dos Governadores foi comandada pela interina do Distrito Federal, Celina Leão (PP), que substituiu Ibaneis Rocha (MDB), afastado do poder por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Ela já havia falado em nome dos colegas no encontro que os gestores tiveram com Lula no dia seguinte à destruição das sedes dos Três Poderes. Naquela ocasião, todos os governadores caminharam ao lado do presidente do Palácio do Planalto até o Supremo, em um gesto de solidariedade à Corte, cujo palácio foi o mais depredado pela ação dos golpistas em 8 de janeiro.

A “saia justa” de Tarcísio

Tony Oliveira/ Agência Brasília



Governador reclama que a perda em sua gestão será de R\$ 44 bilhões

No Fórum de Governadores, ontem, em Brasília, o gestor de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ex-ministro de Jair Bolsonaro (PL), enfatizou que o estado perderá R\$ 44 bilhões, nos seus quatro anos de mandato, com a desoneração do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Sem a possibilidade de defender as medidas populistas de Bolsonaro na sua tentativa frustrada de reeleição à Presidência da República, o governador do estado mais rico do país apontou que nenhuma obra iniciada pelo Executivo federal no ente federado compensa o impacto fiscal que a desoneração terá nas finanças da sua administração.

Tarcísio de Freitas ressaltou a necessidade de apresentar ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o tamanho do problema. “É importante que o presidente Lula e o ministro Haddad (Fernando Haddad, da Fazenda) percebam a gravidade da situação”, disse o governador aos colegas.

Ele também enfatizou a insuficiência de recursos para a saúde, que, como indicou, impacta de forma expressiva nas operações das Santas Casas e das

demais estruturas do setor. Para o governador, é fundamental tirar da gasolina a condição de produto essencial, o que permitirá aos estados a recomposição das alíquotas do ICMS.

Apesar de elogiar a iniciativa do governo Lula em conversar com os governadores, Tarcísio de Freitas demonstrou desconforto quando os colegas criticaram a postura

conflituosa e a falta de diálogo do governo Bolsonaro. “O parâmetro foi a falta de diálogo”, frisou um dos gestores estaduais, enquanto ex-ministro ficava em silêncio.

Como governador, ele fez coro aos colegas quanto às preocupações sobre o desequilíbrio fiscal, mas não apresentou nenhum diagnóstico sobre a origem do problema. (HL e VD)

Zona Franca e IPI na pauta

O governador do Amazonas, Wilson Lima, afirmou que as prioridades do estado que serão apresentadas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, hoje, estão relacionadas à Zona Franca de Manaus, obras na BR-319 (Manaus-Porto Velho) e ao desmatamento. Ele falou com jornalistas após Fórum dos Governadores.

Segundo ele, o estado não abre mão das discussões em relação à Zona Franca no contexto da reforma tributária, já que algumas medidas podem não ser benéficas.

“Nessas discussões, o Amazonas e outros precisam estar inseridos”, enfatizou. “Quando há possibilidade de acabar com IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), isso faz com que diminua a arrecadação do Amazonas. Essa é uma das prioridades”, acrescentou.

Sobre a questão no sul do estado, o governador afirmou que há uma intensa atividade de desmatamento e queimadas. “Levando em consideração que 80% das queimadas e alertas de desmatamento que acontecem ali são em áreas de responsabilidade do governo federal”, destacou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

O impeachment de Dilma foi uma queda anunciada

Logo após a aprovação do impeachment da presidente Dilma Rousseff pelo Senado, por 61 votos a 20, fiz ao então senador Lindberg Faria (PT-RJ), hoje deputado federal, aquela pergunta básica de repórter sobre o “day after” da derrocada petista: “E agora?”. Ele respondeu: “Vamos fazer desse limão uma limonada, estávamos na defensiva, agora já temos um discurso para as eleições: ‘foi um golpe’”. A limonada demorou seis anos; nesse ínterim, o presidente Michel Temer pôs a casa em ordem, e o presidente Jair Bolsonaro, depois, fez uma bagunça muito maior, mesmo.

Agora, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva toma a limonada. Como narrativa eleitoral, a tese do golpe contra Dilma serviu para a unificação da esquerda no primeiro turno; no segundo turno, quando venceu com menos de 1% dos votos, exatamente 0,9%, passou a ser um estorvo para os novos aliados. Depois de eleito, por isso mesmo, chamar o impeachment de Dilma Rousseff de “golpe de Estado” é uma tolice política, além de um desrespeito às regras do jogo do nosso Estado Democrático de Direito.

Impeachment existe para que o Congresso e o Supremo possam destituir um presidente da República por “crime de responsabilidade” e evitar uma tragédia nacional, como a que se desenhava entre 2015 e 2016, ou um “golpe de Estado” daqueles que a gente já conhece. É um processo político, ao qual qualquer presidente da República está sujeito, segundo a Constituição de 1988, pelos mais variados motivos, um deles o crime orçamentário, ou seja, as “pedaladas fiscais”. Quem faz a denúncia é a Câmara; quem julga é o Senado, sob a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF).

De fato, não foi por causa das “pedaladas fiscais” que Dilma Rousseff caiu. Outros presidentes fizeram coisas piores e foram até o fim do mandato. O impeachment ocorreu porque Dilma levou a economia ao colapso e enfrentava uma oposição de massas que “nunca antes” a esquerda conhecera, nem mesmo às vésperas do golpe militar que destituiu João Goulart em 1964. Ela também deu todos os motivos políticos que seus algozes precisavam.

Entender esse processo é importante para evitar que a crise se repita. Houve irresponsabilidade fiscal, sim; e constitucionalidade no julgamento, também. Presidido pelo ministro Ricardo Lewandowski, à época presidente do STF, o impeachment poderia ter sido evitado se a presidente Dilma tivesse abandonado a arrogância como fez política, tivesse um mínimo de sensibilidade para ouvir as opiniões críticas, corrigisse os rumos equivocados e buscasse restabelecer a coesão nacional, dilacerada com os desdobramentos das manifestações de junho de 2013. Chance teve com a reeleição, em 2014, porém imaginou que a sua vitória era um endosso ao rumo que tomara.

A narrativa do “golpe de Estado” também permite a dedução de que o governo Dilma continuaria a usar as pedaladas como forma de encobrir as irresponsabilidades fiscais; que os gastos públicos seguiriam sem respeito aos limites da aritmética; que o eleitoralismo se manteria como lógica fundamental do governo; e que o aparelhamento da máquina pública conduziria à decadência de grandes empresas estatais. Por isso, gera expectativas negativas sobre o terceiro mandato de Lula.

Chumbo trocado

A propósito, entre os petistas, nem a cadelinha Resistência tem dúvida de que Lula deveria ter sido candidato em 2014, em vez de Dilma Rousseff. Mas ela se fez de desentendida e usou a prerrogativa da candidatura à reeleição como fato consumado na convenção do PT. Todos os dirigentes petistas sabem disso. Qualquer repórter de política já ouviu de algum parlamentar petista que Lula se arrependeu de ter escolhido Dilma como sucessora. Outros petistas seriam mais capazes, como Jaques Wagner e Fernando Haddad, por exemplo.

O maior problema de Lula não é o chumbo trocado com o ex-presidente Michel Temer, são os aliados do ex-presidente que destituíram Dilma, sem os quais não teria sido eleito. Por exemplo, a então senadora Simone Tebet (MDB-MS), que foi candidata no primeiro turno, apoiou-o no segundo e, agora, é ministra do Planejamento. Ou os senadores Davi Alcolumbre (União-AP), Eduardo Braga (MDB-AM), Osmar Azis (PSD-AM), Jader Barbalho (MDB-PA) e Renan Calheiros (MDB-AL), que votaram a favor do impeachment. São aliados fundamentais para que Lula possa ter uma retaguarda no Senado.

Temer estava quieto no seu canto. Chamado de golpista, reagiu no Twitter com meia dúzia de verdades: “Mesmo tendo vencido as eleições para cuidar do futuro do Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva parece insistir em manter os pés no palanque e os olhos no retrovisor, agora tentando reescrever a história por meio de narrativas ideológicas. Ao contrário do que ele disse hoje (ontem) em evento internacional, o país não foi vítima de golpe algum. Foi, na verdade, aplicada a pena prevista para quem infringe a Constituição. E sobre ele ter dito que destruí as iniciativas petistas em apenas dois anos e meio de governo, é verdade: destruí um PIB negativo de 5% para positivo de 1,8%; inflação de dois dígitos para 2,75%; juros de 14,25 para 6,5%; queda do desemprego ao longo do tempo de 13% para 8% graças à reforma trabalhista; recuperação da Petrobras e demais estatais graças à Lei das Estatais; destruí a Bolsa de Valores, que cresceu de 45 mil pontos para 85 mil pontos”.

O MAIOR PROBLEMA DE LULA NÃO É O CHUMBO TROCADO COM O EX-PRESIDENTE MICHEL TEMER, SÃO OS ALIADOS DO EX-PRESIDENTE QUE DESTITUÍRAM DILMA, SEM OS QUAIS NÃO TERIA SIDO ELEITO